



## ***LEI ORDINÁRIA Nº 56***

*de 03 de março de 1952*

**Estabelece o Horário para o funcionamento das casas comerciais e dá outras providências.**

*O povo de Corumbá, por seus representantes, APROVOU, e eu, em seu nome SANCIONO a seguinte LEI:*

### ***Art. 1º..***

*Nos domingos e feriados civís ou religiosos da República, do Estado e do Município, nenhum estabelecimento comercial ou industrial poderá funcionar no Município, respeitadas as isenções da presente Lei.*

### ***Art. 2º..***

*O horário normal para o funcionamento dos estabelecimentos comerciais e industriais, passa a ser o seguinte:*

<i>De 1º de Abril a 30 de Setembro</i>			
<i>De Segunda a Sexta Feira</i>	<i>Abertura</i>	<i>7,30 horas</i>	
	<i>Fechamento</i>	<i>18,00</i>	<i>"</i>
<i>Aos sábados</i>	<i>Abertura</i>	<i>7,00</i>	<i>"</i>
	<i>Fechamento</i>	<i>18,00</i>	<i>"</i>
<i>De 1º de Outubro a 31 de Março</i>			
<i>De Segunda a Sexta Feira</i>	<i>Abertura</i>	<i>7,00 horas</i>	
	<i>Fechamento</i>	<i>17,30</i>	<i>"</i>
<i>Aos sábados</i>	<i>Abertura</i>	<i>7,00</i>	<i>"</i>
	<i>Fechamento</i>	<i>18,30</i>	<i>"</i>

### **1º**

*A abertura dos salões de barbeiros e cabeleireiros nas segundas feira será às 13 horas e o seu fechamento será às 20 horas de segunda a sexta feira e às 21 horas aos sábados.*

### **2º**

*Será permitida a abertura do comércio varejista de gêneros alimentícios e secos e molhados, aos domingos, de 6 às 12 horas, quando forem feriados o sábado ou a segunda feira.*

### **3º.**

*O Prefeito Municipal, em Portaria, mediante solicitação das classes interessadas, poderá prorrogar o horário dos estabelecimentos comerciais até as vinte e três horas nos dias 24 e 31 de Dezembro, respeitadas as disposições da lei que regula a duração do trabalho.*

### **Art. 3º..**

*Não se enquadram nos dispositivos dos artigos 1º e 2º, os estabelecimentos cujas atividades são consideradas permanentes e mencionados na relação a que se refere o art. 7º do Regulamento aprovado com o decreto Lei n. 87.048 de 12 de Agosto de 1949, e outros que sejam determinados por Leis ou Portarias do Ministério do Trabalho, Industria e Comércio.*

### **Art. 4º..**

*Os negociantes que por habitarem nas próprias cassas do negócio, tiverem necessidade de manter aberta uma porta ou janela, não poderão utilizar-se dessa concessão para operar comércio de qualquer natureza, nos dias e horas proibidos de acordo com a presente lei.*

#### **Art. 5º..**

*Os comerciantes que obtiverem licença para bar, e já estiverem estabelecidos e licenciados com o comercio de secos e molhados, ou outra atividade compreendida na proibição a que se refere o art. 1º, deverão manter o funcionamento desses ramos de comércio, completamente separados.*

#### **Art. 6º..**

*A fiscalização da presente Lei será rigorosamente pelos fiscais, secundados pelos demais funcionários administrativos da Prefeitura.*

#### **Art. 7º..**

*Verificada qualquer infração aos dispositivos desta Lei a autoridade deveria lavrar, imediatamente, em duas vias o auto, com todos os esclarecimentos necessários para elucidação do fato que o motivou, devendo o auto ser assinado pelo infrator, ou por duas testemunhas, caso se negue a faze-lo, entregando-se uma via ao autuado.*

**Art. 8º..** *Os infratores dos dispositivos da presente Lei ficam sujeitos à seguintes penalidades:*

**A.** *Multa de Cr\$ 200,00 a CR\$ 1.000,00 pela infração do art. 1º.*

**B.** *Multa de Cr\$ 300,00 a CR\$ 2.000,00 pela infração do art. 2º.*

**C.** *Multa de Cr\$ 500,00 a CR\$ 5.000,00 pela infração do art. 4º. e 5º..*

#### **Parágrafo único .**

*As multas serão elevadas ao dobro no caso de reincidência.*

#### **Art. 9º..**

*O infrator deverá dentro de 15 dias, a partir da autuação, recolher aos dófres municipais a multa que lhe for imposta, sob pena de ser inscrita e cobrada como dívida ativa.*

**Art. 10.**

*Esta Lei entrará em vigor vinte dias após a sua publicação e revoga as disposições em contrário.*

*SALA DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE CORUMBÁ, 3 DE  
MARÇO DE 1.952.*

*ONÉSIMO VALLE DO ESPÍRITO SANTO*Presidente

---

*Lei Ordinária Nº 56/1952 - 03 de março de 1952*

*Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em*